



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Sónia Andreia Pinto Ricardo

Pessoas Sem-abrigo: Responsabilidade Individual, Responsabilidade Política e Estigma

Outubro 2017



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Sónia Andreia Pinto Ricardo

Pessoas Sem-abrigo: Responsabilidade Individual, Responsabilidade Política e Estigma

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Psicologia Aplicada

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professora Doutora Luísa Saavedra

Outubro 2017

DECLARAÇÃO

Nome: Sónia Andreia Pinto Ricardo

Endereço eletrónico: pg29481@alunos.uminho.pt

Número do Cartão de Cidadão: 13767119 9 ZY4

Título da dissertação: Pessoas Sem-Abrigo: Responsabilidade Individual, Responsabilidade Política e Estigma

Orientador: Professora Doutora Luísa Saavedra

Ano de conclusão: 2017

Designação do Mestrado: Mestrado em Psicologia Aplicada

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 16/10/2017

Assinatura: Sónia Andreia Pinto Ricardo

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo	iv
Abstract.....	v
Introdução.....	6
O estigma.....	9
Objetivos do estudo.....	10
Metodologia	11
Participantes.....	11
Instrumento.....	12
Procedimentos.....	13
Estratégia de análise de dados.....	14
Resultados e discussão.....	14
Notas sobre a observação no contexto.....	14
Entrevistas.....	16
Auto-responsabilização.....	16
Falhas nos sistemas de proteção social.....	17
Sentimentos de vergonha.....	18
Estigma/Discriminação.....	19
Conclusões.....	20
Referências.....	23

Agradecimentos

Tantos dias difíceis, momentos e situações de luta constante que me fizeram querer desistir, mas ao meu lado, estavam pessoas que tudo fizeram para que eu acreditasse que seria possível, que me ajudaram a percorrer este “caminho” difícil.

As minhas primeiras palavras de carinho e gratidão vão para a Professora Doutora Luísa Saavedra. Obrigada pela sua orientação, pela sua disponibilidade, pelas palavras de força e de coragem naqueles momentos em que tudo já parecia impossível, uma excelente orientadora à qual devo todo o trabalho desenvolvido, obrigada!

À Universidade do Minho e principalmente a todos os docentes da Escola de Psicologia pelo ensino transmitido e pela compreensão.

Um agradecimento especial às pessoas Sem-Abrigo que partilharam as suas experiências de vida comigo e tornaram possível a realização deste estudo.

Agradeço também às equipas de rua que tão bem me acolheram e com quem aprendi muito. Obrigada por me mostrarem o quão recompensador é ser voluntário!

A ti mãe, aonde estejas, que és a luz que me guia. Ao meu pai e aos meus sogros, pelo afeto e pelas palavras de coragem.

Às minhas irmãs pelo apoio e pelo orgulho que demonstram sentir pelo meu percurso académico e pessoal.

Às minhas amigas Liliana, Rafaela, Susana e Luciana pelo apoio e motivação em todos os momentos académicos e pessoais. Obrigada por me mostrarem sempre o lado positivo da vida!

A ti Nuno, meu “porto seguro”, pela cumplicidade, compreensão e paciência. Obrigada por nunca me teres deixado desistir e por acreditares em mim. A ti devo-te muito, sem o teu apoio incondicional não seria possível esta caminhada. Sabes o quanto és importante para mim, só tu me conheces verdadeiramente, só tu sabes realmente o que pensei e senti nos momentos mais difíceis.

E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta etapa e me apoiaram, o meu sincero agradecimento.

Pessoas Sem-abrigo: Responsabilidade Individual, Responsabilidade Política e o Estigma

Resumo

Apesar das pessoas sem-abrigo em Portugal terem sido alvo de algumas medidas políticas e sociais, poucos estudos se tem debruçado sobre os seus discursos em direto. Assim, o objetivo deste estudo é dar voz aos sem-abrigo, auscultando os significados que os próprios atribuem às suas trajetórias de vida, se experienciam vivências estigmatizantes e como perspetivam a sua situação de sem abrigo: como uma consequência de ordem individual ou como um resultado de fatores estruturais limitados. Para concretizar estes objetivos foram observados contextos de rua em que estas pessoas se encontravam e realizadas entrevistas a onze participantes com idades entre os 25 e os 57 anos e cujo tempo de estadia na rua oscila entre três meses e os 11 anos. Nos resultados apresentam-se alguns dados desta observação bem como os resultados da análise de entrevistas. As entrevistas foram analisadas com recurso à Análise Temática. A análise identificou quatro temas centrais: Auto-responsabilização; Falhas nos sistemas de proteção social; Sentimentos de vergonha; Discriminação/Estigma. Discutem-se os resultados tendo em conta os direitos humanos e a necessidade de mudanças sociais e políticas que impeçam a continuidade deste ciclo de pobreza, exclusão social e sofrimento.

Palavras-chave: pessoas sem-abrigo, estigma, discriminação, responsabilidade individual, responsabilidade política

Homeless People: Individual Responsibility, Political Responsibility and Stigma

Abstract

Although homeless people in Portugal have been the target of some political and social measures, few studies have focused on their life speeches. Thus, the purpose of this study is to give voice to the homeless, listening to the meanings that they attribute to their life trajectories, if they experienced stigmatizing experiences and how they perceive their homelessness condition: as a consequence of an individual order or as a result of limited structural factors. In order to achieve these objectives, we observed street contexts in which these people live and conducted interviews with eleven participants between the ages of 25 and 57 and whose time in the street ranges from three months to 11 years. The results present some data from this observation as well as the results of the interview analysis. The interviews were analyzed using Thematic Analysis. The analysis identified four central themes: Self- Responsibility, Failures in social protection systems; Feelings of shame; Discrimination / Stigma. The results are discussed taking into account human rights and the need for social and political changes that prevent the continuity of this cycle of poverty, social exclusion and suffering.

Keywords: homeless people, stigma, discrimination, individual responsibility, political responsibility

Introdução

Debruçarmo-nos sobre a população sem-abrigo não poderia ser mais pertinente perante a instabilidade e crise económica e financeira que o país tem atravessado nos últimos anos. Esta temática tem adquirido ultimamente um especial interesse pelos meios de comunicação social e pelos meios institucionais, pelo facto de as estratégias nacionais para a integração destas pessoas não terem tido até ao momento os resultados esperados (Instituto da Segurança Social, I.P. [ISS, I.P], 2017).

O número de sem-abrigo a nível europeu tem vindo a aumentar, conforme os dados da Fédération Européenne d'Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri [FEANTSA]. É um fenómeno que assume diferentes proporções de país para país, pois o registo da situação real e a comparação entre países é difícil devido à falta de dados estatísticos e à falta de consenso em relação ao conceito de sem-abrigo.

Apesar de não existir uma definição europeia comum a da FEANTSA tem sido universalmente aceite. Segundo esta, os sem-abrigo são pessoas incapazes de ter acesso a uma habitação adequada, pessoal e permanente, ou manter essa habitação devido a impedimentos financeiros e outros. Define assim, de forma estrita, quando inclui apenas as pessoas que dormem na rua, ou de forma mais ampla, quando inclui as pessoas que estão a dormir na rua, as que estão sem casa e as que vivem em moradias inseguras e inadequadas (FEANTSA, 2014).

A FEANTSA desenvolveu em 2005 uma Tipologia Europeia para os sem-abrigo e exclusão habitacional, denominada de ETHOS (European Typology on Homelessness and Housing Exclusion). Salienta-se que esta tipologia capta de certa forma as diferentes definições legais existentes nos Estados-Membros da União Europeia e é vista como um meio para melhorar a compreensão e mensuração dos sem-abrigo na Europa. O fenómeno sem-abrigo é percebido e combatido de forma diferente de acordo com o país. As categorias concetuais da ETHOS (2005), visam cobrir todas as situações de vida, que remontam das várias formas de falta de moradia em toda a Europa, caracterizando-os da seguinte forma:

- Sem-abrigo: pessoas que vivem e dormem na rua (sem acesso a alojamento de emergência) e pessoas em alojamento de emergência.
- Sem alojamento: pessoas em lares de alojamento (sem domicílio); pessoas em lares de alojamento para mulheres; pessoas em alojamento para imigrantes; pessoas que saíram de instituições (penal e médica) e beneficiários de um acompanhamento em alojamento.

- Habitação precária: pessoas em habitação precária; pessoas à beira do despejo; pessoas vítimas de violência doméstica.
- Habitação inadequada: pessoas que vivem em estruturas provisórias e não se adequam às normas sociais; pessoas em alojamento indigno (habitação declarada inabitável em conformidade com a legislação nacional); pessoas que vivem em condições de sobrepopulação severas.

Em anuência com o relatório sobre a Situação dos Sem-Abrigo e Inclusão Laboral da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra [FPCEUC] (2015), a ampla conceção da ETHOS assenta no pressuposto que a situação de sem-abrigo é um processo que afeta várias pessoas e famílias, em situação de vulnerabilidade e em distintos momentos das suas vidas, não sendo assim um fenómeno estático.

Em 2009, depois de uma certa pressão por parte da União Europeia, surgiu em Portugal a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo [ENIPSA]. A ENIPSA tem como missão definir e implementar políticas unicamente direcionadas à população sem-abrigo, criando intervenções eficazes e quebrando, assim, ciclos ineficazes de intervenções assistencialistas. Visa criar condições para que ninguém tenha que permanecer na rua por falta de alternativas e, principalmente, conseguir assegurar a existência de condições que garantam a promoção da autonomia, com vista ao exercício pleno da cidadania.

Desta forma, Portugal estabeleceu uma definição oficial de pessoa em situação de sem-abrigo influenciada pela abordagem da FEANTSA. Para a ENIPSA (2009) um sem-abrigo é uma pessoa que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condições socioeconómica e de saúde física e mental, se encontra numa das seguintes situações: sem teto (a viver no espaço público, alojada num abrigo de emergência ou com paradeiro num local precário) ou sem casa (encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito).

A ENIPSA 2009-2015, coordenada pelo Instituto da Segurança Social, I.P., foi a primeira estratégia nacional neste âmbito. Apesar do Estado ter protocolado investir 75 milhões de euros em seis anos para combater este problema, em 2013 o programa foi cancelado por falta de verbas. Esta estratégia foi então considerada um fracasso, não atingindo a esmagadora maioria das metas propostas como é reconhecido no relatório do Instituto da Segurança Social publicado em fevereiro deste ano:

Apesar de existirem muitas iniciativas, do Estado, de instituições não-governamentais e algumas autarquias, junto de pessoas Sem-Abrigo, a intervenção,

nem sempre foi realizada de forma articulada e não existia uma estratégia definida a nível nacional.

Verificava-se que existia um desconhecimento real da situação, os conceitos utilizados por algumas entidades, nos estudos de caracterização efetuados, não eram uniformes e os instrumentos eram bastante variados, dificultando um conhecimento real da situação. (ISS, I.P., 2017, p.6)

Em abril do ano corrente foi publicada a nova Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo para os anos 2017-2023, com o objetivo de colmatar as falhas da antiga estratégia.

De acordo com o relatório do ISS, I.P. (2017) no ano transato, encontravam-se registados na Segurança Social 4.003 beneficiários com processos ativos de situações sem-abrigo. Porém, o número deve ser superior uma vez que esta população vive à margem do sistema.

Nesse relatório, o distrito do Porto destaca-se infelizmente pelo número significativo alto em relação aos outros distritos, com 1620 beneficiários, seguindo-se Lisboa com 889 e depois Faro com 335. Faro apesar de ser o terceiro distrito com mais beneficiários registados, não tem nenhum balneário público onde estes possam realizar a higiene pessoal, ao contrário de Lisboa e Porto que dispõem de vários balneários públicos espalhados pelo centro das cidades. O distrito de Castelo Branco é o que tem menos beneficiários com processos ativos de situações sem-abrigo, estando apenas registados seis beneficiários (ISS, I.P., 2017).

Analisando os dados do relatório do ISS, I.P. (2017) verifica-se ainda que no interior do país o número de sem-abrigo é mais reduzido que no litoral. Nas cidades interiores verifica-se a falta de balneários públicos e de equipas de rua que forneçam comida e roupa, ao contrário do que acontece nas grandes cidades como Lisboa e Porto. Esta inexistência de apoios em cidades mais pequenas pode levar as pessoas sem-abrigo a deslocarem-se das pequenas para as grandes cidades em busca destas e de outras oportunidades, justificado assim a sua concentração em grandes cidades.

Outro dado relevante no relatório do ISS, I.P. (2017) recai sobre o distrito de Braga, que apesar de registar 145 beneficiários com processos ativos de situações sem-abrigo, só tem uma pessoa sem-abrigo, pois as restantes estão institucionalizadas.

A situação de sem-abrigo atinge indivíduos de ambos os sexos, de todas as idades, raça e etnia (FPCEUC, 2015). No entanto, segundo os dados do relatório do ISS, I.P. (2017) a maioria dos sem-abrigo em Portugal são homens (78,2%), as mulheres são uma minoria (21,8%).

Os fatores conducentes à situação de sem-abrigo são de ordem estrutural (nível macro) e/ou de ordem individual (nível micro). Apesar de vários estudos utilizarem métodos e amostras diferentes, verifica-se alguma concordância sobre os fatores de ordem individual que poderão fomentar o início de uma situação de sem-abrigo, especialmente as perturbações mentais, o abuso de álcool e drogas, histórias de abuso na infância/ adolescência e dinâmicas familiares disfuncionais (FPCEUC, 2015). Contudo, é necessário salientar que cada fator por si só não é sinónimo a uma entrada imediata na situação de sem-abrigo. O estudo de Chamberlain e Johnson (2011, citado por FPCEUC, 2015) sublinha que os percursos dos sem-abrigo derivam de situações como a crise da habitação, rutura familiar, abuso de substâncias, doença mental e transição para a idade adulta, mas não são modelos causais na trajetória de adultos para a situação sem-abrigo. Isto, porque estes percursos padecem da influência de fatores estruturais e culturais que limitam as oportunidades dos sujeitos. Salientam, ainda, o facto da perda ou inexistência de relações interpessoais familiares protetoras serem decisivas na influência das trajetórias de vida que conduzem à situação de sem-abrigo.

Normalmente, a sociedade vê o indivíduo como a causa do seu próprio estado de sem-abrigo, culpando-o ao invés de abordar forças sociais como o desemprego, habitação acessível limitada e falhas nas redes familiares (Belcher & DeForge, 2012).

A abordagem sobre os percursos de vida dos sem-abrigo tem tido relevo em vários temas sociais. Esta propõe compreender as trajetórias de vida das pessoas que experienciam a situação de sem-abrigo, bem como as suas perceções, alertando para o facto de esta situação não ser inevitável ou conducente a estados crónicos (Mayock, Corr & O'Sullivan, 2008).

Conhecer a trajetória de vida dos indivíduos é um elemento fundamental para explicar a exclusão social a que os sem-abrigo estão sujeitos. Para Ward (2009) a exclusão social é um processo que tem subjacente, diversos fatores como a pobreza, a privação de habitação, a falta de emprego e de ruturas nas relações interpessoais que podem funcionar como causas ou consequências de uma situação de sem-abrigo.

Esta exclusão social em que se encontram os sem-abrigo pode levar a que experienciem situações de estigma, conceito que desenvolveremos seguidamente.

O estigma

O conceito de estigma continua a ser alvo de algumas controvérsias. Contudo, e apesar de já ter mais de 50 anos, a definição de Goffman (1963) continua a ser relevante. Para este autor o estigma é um fenómeno em que um indivíduo é rejeitado por possuir um atributo/ particularidade/ singularidade altamente depreciado pela sociedade. Na visão de Goffman, o

estigma ocorre como uma discordância entre identidade virtual social e identidade real social, ou seja, a diferença entre como uma pessoa é caracterizada pela sociedade e as características que a pessoa realmente tem.

Numa perspectiva mais recente e sociológica o estigma existe quando coocorrem elementos de rotulação, estereótipos, separação, perda de estatuto e discriminação que são possibilitados por uma situação de poder (Link & Phelan, 2001). Várias definições sociais e psicológicas concordam ainda que o estigma consiste numa marca que incide sobre as pessoas diferentes e que as desvaloriza; consideram ainda que o estigma é dependente do relacionamento e do contexto em que é socialmente construído (Major & O'Brien, 2005).

O estigma pode ainda ser visto como uma questão de grau, isto significa que há grupos mais estigmatizados que outros e que as suas diferentes componentes podem ajudar a explicar o porquê do estigma percebido alterar de grupo para grupo (Link & Phelan, 2001).

De acordo com Link e Phelan (2001) o estigma pode ser uma situação persistente pelo facto das suas consequências negativas serem difíceis de eliminar. Dizer que o estigma é uma situação persistente não quer dizer que cada indivíduo num determinado grupo padeça o mesmo resultado, pois as diferenças individuais também moldam as circunstâncias de vida das pessoas em grupos estigmatizados.

Contudo, esta situação persistente pode ser mudada e para tal Link e Phelan (2001) defendem existir dois princípios fundamentais. Em primeiro lugar, qualquer abordagem deve ser multifacetada e multinível. Multifacetada para enfrentar os inúmeros mecanismos que podem levar a resultados desfavoráveis e multinível para tratar de questões de discriminação tanto a nível individual como estrutural. Em segundo lugar, deve-se procurar mudar as atitudes e crenças de grupos poderosos que levam à rotulação, aos estereótipos enraizados, separando, desvalorizando e discriminando, ou deve-se limitar o poder de tais grupos.

O estigma social ocorre em situações onde há poder social, económico e político desigual e há uma oportunidade de rotular, estereotipar e discriminar. Deste modo, os sem-abrigo representam uma falha no sistema económico capitalista (Belcher & DeForge, 2012).

Objetivos do estudo

O objetivo deste estudo é dar voz aos sem-abrigo, respeitando os significados que os próprios atribuem às suas experiências de vida, nomeadamente como se sentem, como sentem que são vistos pela sociedade e como se veem. Pretende-se desta forma compreender se os sem-abrigo experienciam vivências estigmatizantes e como perspetivam a sua situação: como uma consequência de ordem individual (resultado de más escolhas ao longo da vida) ou como um

resultado de fatores estruturais limitados (quando políticas públicas como as de habitação e de mercados de trabalho de alguma forma são ineficazes).

Pensamos que a mais-valia deste trabalho se prende com o facto de se centrar nas experiências pessoais deste grupo, nas suas vivências e perceções, já que a maioria da literatura tem negligenciado esta dimensão.

Metodologia

O método escolhido para analisar a problemática dos sem-abrigo foi a investigação qualitativa. Este tipo de investigação está principalmente preocupado com o significado, o que faz com que os investigadores qualitativos se interessem na subjetividade e experiência dos participantes, indo assim ao encontro com o pretendido neste estudo (Willig, 2012).

Desta forma, a preocupação não é encontrar dados generalizáveis, nem encontrar modelos preditivos de comportamento humano. Este trabalho será realizado de uma forma de baixo para cima, explorando em profundidade quantidades relativamente pequenas de dados (um pequeno número de entrevistas semiestruturadas). Deste modo, quaisquer insights assentes na análise qualitativa tendem ao contexto específico e não são generalizáveis para a população em geral (Willig, 2012).

Deve fazer parte de qualquer estudo qualitativo um investigador reflexivo, a sua preocupação com o significado e a interpretação mostra que precisa prestar especial atenção na forma como as suas próprias crenças, suposições e experiências podem afetar (tanto limitar como facilitar) a leitura dos dados qualitativos. Uma das principais características da investigação qualitativa é ser principalmente indutiva, pois não se propõe a testar hipóteses provenientes de teorias existentes. O desafio nesta investigação é possibilitar que os dados nos consigam surpreender, em vez de unicamente confirmar ou refutar as nossas expectativas (Willig, 2012).

Esta metodologia espelha assim da melhor forma a perceção das vivências dos sem-abrigo, consagrando-se a mais adequada para o estudo desta população.

Participantes

Participaram neste estudo 11 pessoas que vivem e dormem na rua (sem acesso a alojamento de emergência) há pelo menos um mês, falantes de língua portuguesa, maiores de idade e sem comprometimentos cognitivos significativos. Foram realizadas 10 entrevistas, nove a pessoas do sexo masculino e uma outra a um casal jovem de namorados.

Não foi possível uma amostra equilibrada em relação aos sexos, pois só foi vista uma mulher a viver na rua durante as rondas efetuadas. As idades dos entrevistados variam entre os 25 e os 57 anos. Ao nível da escolaridade, temos um entrevistado analfabeto que nunca frequentou a escola, os outros tinham entre o 4º ano e o 12º ano de escolaridade. Em relação ao tempo em que se encontram a viver e dormir na rua, este varia entre os três meses e os 11 anos.

O número de entrevistas foi definido por saturação teórica, pelo facto de as informações fornecidas por novos participantes no estudo já não acrescentarem nada significativo ao material já obtido (Glaser & Strauss, 1967).

Instrumento

A entrevista é um dos melhores meios para a recolha de informação sobre as dificuldades do indivíduo e do seu sofrimento. Esta consiste num diálogo onde se pretende que o foco não seja unicamente escutar e receber informação proveniente do indivíduo, mas também permitir que ele se desenvolva. A entrevista fornece ainda numerosas informações, as quais não se descodificam automaticamente, sendo necessário transformar as informações e assim constituir uma representação do problema (Pediñelli, 1999).

Para Flick (2013), as entrevistas semiestruturadas são as mais usadas na investigação qualitativa, pois permitem que os pontos de vista dos sujeitos sejam mais facilmente expressos do que numa entrevista estruturada. Estas têm como característica perguntas mais ou menos abertas e ao longo do guião espera-se que o sujeito entrevistado responda de forma livre a essas questões.

Ressalvo o facto de o entrevistador ter que estar muito atento à interferência da sua subjetividade, tendo consciência dela e assumi-la como parte do processo de investigação. O investigador tem que decidir que perguntas fazer, quando e em que ordem, bem como se deve pedir mais pormenores ao entrevistado sobre um determinado assunto ou se regressa ao guião de entrevista no caso de dispersão do assunto em questão (Flick, 2013). Durante o decorrer da entrevista deve ainda manter uma posição de neutralidade no sentido da sua intervenção não ter efeitos prejudiciais na obtenção de informações acerca do indivíduo (Pediñelli, 1999).

Pretende-se através da entrevista semiestruturada uma compreensão das experiências pessoais dos sem-abrigo e o seu significado, bem como, compreender a dinâmica entre estes indivíduos e os vários contextos. As questões centraram-se em torno das suas trajetórias de vida e as dificuldades enfrentadas na rua.

Mas, e apesar da entrevista ser um dos métodos mais utilizados na recolha de dados qualitativos, existem outras abordagens complementares que podem ajudar na compreensão de alguns fenómenos e fornecer novas características e informações.

A observação pode ser uma dessas técnicas, podendo ser usada em conjunto com a entrevista ou com outras técnicas (Quivy & Campenhoudt, 2008).

As entrevistas e a observação são técnicas interativas, dado que a entrevista conduz o investigador para a observação, enquanto que as observações podem levar a alterações na condução da entrevista e ainda aprofundá-la, se necessário (Tjora, 2006).

A observação é particularmente apropriada na recolha de material de análise não suscitado pelo investigador, como as atitudes não-verbais, os comportamentos espontâneos e os acontecimentos no próprio momento em que se produzem (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Assim, nos resultados serão apresentados quer dados, ainda que escassos, relativos à observação, bem como a análise das entrevistas.

Procedimentos

Os participantes foram abordados através de equipas de rua de duas conceituadas associações e de uma equipa de rua constituída por um grupo de amigos, na qual a investigadora principal é voluntária. Como cada equipa de rua tem o seu trajeto e plano de atividade, achamos pertinente conhecer o modo de atuação de várias equipas de forma a percorrer ruas diferentes e contatar com novos sem-abrigo.

Por considerarmos que a relação com os sem-abrigo pode ter influência na aplicação das entrevistas, contatamos estas associações no sentido de serem uma ponte de ligação com a população a entrevistar. Estas equipas são uma mais valia na indicação das ruas onde os podemos encontrar, bem como na identificação de indivíduos que podem ser mais ou menos recetivos aquando da nossa abordagem. Desta forma, a investigadora principal pretendeu não ser vista como uma estranha, mas criar alguns laços, que foram muito úteis posteriormente na realização das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas entre o mês de novembro de 2016 e março de 2017, nas ruas da cidade do Porto, aquando da ronda noturna efetuada pelas respetivas equipas.

O tempo das entrevistas estava condicionado ao tempo que as equipas permaneciam em cada rua, pelo que algumas entrevistas são mais longas e outras por imposição de tempo mais curtas. Por vezes, o barulho da rua também dificultou a aplicação das entrevistas. Outra dificuldade sentida na aplicação das entrevistas prendia-se com o facto de muitos sem-abrigo

já estarem a dormir quando fazíamos a ronda e, portanto, não os acordávamos, como também não interrompíamos aqueles que estivessem a jantar para serem entrevistados.

No entanto, o facto de as entrevistas se realizarem no seu meio natural em muito enriqueceu os dados complementados pela observação do contexto em que se encontram inseridos.

Estratégia de análise de dados

As entrevistas foram sujeitas a uma análise temática indutiva, permitindo identificar, organizar, analisar e descrever os dados sem recorrer a uma estrutura de codificação pré-definida. Durante a análise dos dados detalhada, respostas com temas similares foram agrupadas em categorias. A análise temática não é um processo linear em que simplesmente se passa para a fase seguinte, é mais um processo circular onde o movimento pode ser feito para trás e para a frente sempre que necessite. Apesar de ser uma análise independente de teorias e pressupostos teóricos, os resultados variam conforme o enquadramento epistemológico do investigador (Braun & Clarke, 2006). Neste caso a análise é informada por um posicionamento crítico em que se questionam as estruturas de poder que contribuem para as desigualdades sociais e sofrimento humano (nomeadamente o psicológico) e no qual se procura desocultar estas mesmas situações dando voz às pessoas que são vítimas destas situações (Prilleltensky, 2008).

Resultados e discussão

Começaremos por realizar uma breve apresentação do contexto, interações interpessoais e comportamentos que foi possível observar durante a realização das entrevistas. Seguidamente passaremos à apresentação e discussão simultânea da análise das entrevistas seguindo o modelo de Análise Temática acima enunciado, de Braun e Clarke (2006).

Notas sobre a observação no contexto

Tendo em conta que as entrevistas deste estudo se realizaram no meio natural dos participantes, foi inevitável a observação dos seus contextos de vida, nomeadamente do local onde dormiam e como organizavam os seus objetos pessoais. Permitiu desta forma observar de modo mais próximo a realidade em que se encontram inseridos.

De entre tantas observações, algumas marcaram o contexto das entrevistas e permitiram uma melhor compreensão da realidade das questões efetuadas.

Foi entristecedor e ao mesmo tempo esperançoso ver que existem pessoas que já foram sem-abrigo e que ainda recorrem às equipas de rua para se alimentar, mas que tentam orientar/ajudar os novos sem-abrigo. Indicam-lhes balneários públicos para a higiene pessoal, chamam-nos à atenção dos comportamentos desviantes, insistem para irem ao médico quando não estão bem, preocupam-se constantemente em saber se eles estão bem e, quando por um período longo de tempo não aparecem naquela rua alertam as entidades competentes que eles desapareceram e são os primeiros a procura-los.

Entre os próprios sem-abrigo também existem relações afetuosas. Por vezes, pedem roupa e comida para outros sem-abrigo que não se encontram no local quando a equipa de rua passa. Uma relação de amizade entre dois sem-abrigo que já estão há vários anos na rua e já com alguma idade chamou-nos atenção pelo carinho com que se tratam, como cuidam um do outro e como permanecem sempre juntos.

Porém, também foi possível ouvir, em situação informal fora do contexto da entrevista, relatos de situações conflituosas nomeadamente a referência a roubos entre eles, principalmente enquanto dormem. Como tal, alguns adotaram algumas técnicas, que a rua lhes ensinou, para salvaguardarem documentos e os bens mais significativos.

Em geral, as pessoas que dormem na rua sentem-se seguras, mas admitem viver num estado de alerta constante. Por isso a questão das relações ser importante, a proximidade é uma proteção para quem dorme na rua.

O dia-a-dia dos sem-abrigo não é fácil, as dificuldades por que passam são muitas e ao contrário do que poderia acontecer observou-se uma relação cordial com a polícia, situação referenciada em muitos relatos onde mencionavam não ter quaisquer problemas com as forças de segurança.

A organização do espaço onde cada sem-abrigo dorme é também muito pessoal, oscilando entre espaços muito organizados e higienizados e outros completamente desorganizados e sujos. De certo modo, é como se a rua fosse a sua casa como fica patente no modo como a organizam e no facto de manterem rotinas e hábitos como, por exemplo, ter no fundo do seu saco-cama uns chinelos de quarto para calçar quando acordasse.

A cama é o chão que por mais papéões e cobertores usados se torna frio e duro, a alimentação só é feita através das associações, a higiene pessoal em balneários públicos, mas, não é isto que é difícil para um sem-abrigo, o que é mais doloroso nesta situação, é o acordar. É o acordar e ver-se na mesma situação, é questionar-se para onde vai e o que vai fazer. O medo, a vergonha, a angústia e o pensamento constante de que nunca vai sair daquela situação demonstra o quão um sem-abrigo sofre em silêncio.

Entrevistas

Do processo de Análise Temática foi possível identificar quatro temas centrais: Auto-responsabilização; Falhas nos sistemas de proteção social; Sentimentos de vergonha e Discriminação/Estigma. Apresentaremos e discutiremos estes temas de forma detalhada seguidamente.

Auto-responsabilização

Como foi referida na parte introdutória deste trabalho os fatores que conduzem à situação de sem-abrigo podem ser de ordem estrutural (nível macro) e/ou de ordem individual (nível micro). Nos fatores de ordem individual destacam-se especialmente as perturbações mentais, o abuso de álcool e drogas, histórias de abuso na infância/ adolescência e dinâmicas familiares disfuncionais (FPCEUC, 2015). No entanto, a sociedade tende a ver as pessoas sem-abrigo como as causadoras do seu estado culpando-as mesmo quando as dinâmicas pessoais se conjugam com dimensões socioeconómicas como o desemprego e crise na habitação (Belcher & DeForge, 2012).

Cinco dos entrevistados parecem assim interiorizar a ideia social de culpabilidade assumindo para si, frequentemente, a responsabilidade pessoal da situação em que se encontram: *“Fizemos escolhas erradas na vida (...) de certa forma fomos irresponsáveis de uma maneira. Muita coisa que me arrependo, podia ter feito diferente em muitas situações.”* (Casal de namorados, 25 anos), escolhendo seguir esse caminho *“... por várias situações não comuniquei a minha situação e vim parar aqui por opção vá.”* (Nuno, 36 anos).

Verifica-se ainda uma tendência nos entrevistados para julgarem as próprias ações, que acreditam ser culpadas dos seus percursos de vida, tendo ainda efeitos minimizadores na autoestima *“... falta de princípios e negligência. (...) Posso dizer que foi por falta de amor próprio.”* (António, 42 anos).

O mundo de trabalho nem sempre é leal e justo e pode levar a situações de desespero. Quando emocionalmente e psicologicamente não estamos capazes de reagir adequadamente às adversidades da vida facilmente podemos enveredar por caminhos destruidores. Esta falta de capacidade de reação que muitos sentem, faz com que pensem que são responsáveis pela situação em que se encontram: *“Uma sociedade, um sócio, nove funcionários...hm tudo muito bem e um sócio pronto que me roubou, que me extorquiu e por aí fora. (...) mas não foi ele quem me enganou, quem me enganou foi a minha cabeça. Portanto e não tive força, não tive força para suportar o choque e um dia sem sustentabilidade vi-me na rua.”* (Manuel, 57 anos).

Falhas nos sistemas de proteção social

Contradizendo o discurso anterior, seis dos sem-abrigo entrevistados acreditam que as políticas sociais no nosso país são ineficazes e desajustadas, responsabilizando o Estado pela sua condição e/ou a permanência nessa condição.

Como vimos anteriormente as circunstâncias de ordem pessoal (Chamberlain e Johnson 2011, citado por FPCEUC, 2015) não são por si só suficientes para desencadear a situação de sem abrigo sendo necessária a conjugação de fatores estruturais (perda de emprego, dificuldades económicas muito graves) e culturais que limitam as oportunidades dos sujeitos.

Assim, se alguns assumem uma responsabilidade pessoal outros apresentam uma posição crítica face ao meio social e político em que estão inseridos: *“Pelo contrário, tenho vergonha do país que temos! (...) Falha tudo! (...) Os sem-abrigo, os sem-abrigo são um número só, não são pessoas. São números.”* (Bruno, 44 anos); *“Eles ajudam mais rapidamente um imigrante do que um português, por exemplo!”* (Dinis, 26 anos).

O impacto das políticas de austeridade devido à crise económica dos últimos anos na União Europeia, tem vindo a comprometer seriamente os direitos económicos e sociais dos cidadãos. Consequentemente, os cidadãos mais vulneráveis não são capazes de satisfazer as suas necessidades básicas diárias. De acordo com Duarte (2015) os países da União Europeia, nomeadamente Portugal, devem reforçar os sistemas de proteção social, melhorando os critérios de elegibilidade para os benefícios sociais, flexibilizando e permitindo o alargamento da proteção social aos mais necessitados. Desta forma, poderiam evitar-se situações como esta que nos foi relatada: *“Estou pedindo ajuda e não me querem dar a ajuda porque tive muitos anos fora daqui, tive em Espanha e... e tou a pedir ajuda às assistentes e não me querem ajudar.”* (Alberto, 46 anos).

O apoio social existente não é suficiente, por exemplo, para permitir a autonomização habitacional. Apesar, de quase todos os sem-abrigo receberem cerca de 180 euros do Rendimento Mínimo de Inserção (RSI) e de se alimentarem através de associações, este valor não permite ainda a viabilização da execução de um plano habitacional. Faltam respostas sociais de um trabalho mais profundo de reinserção destas pessoas e os entrevistados sentem isso mesmo, sentem que o Estado devia ter mais obrigações sociais: *“São poucas, são poucas escolhas que eles nos estão a dar... Tão-nos a... a dar o rendimento de inserção, que é o rendimento... o RSI e não tão-nos a ajudar em mais nada. Podiam, acho que deviam ter... acho que haviam de ajudar mais prontos.”* (Vitor, 39 anos). Muitos consideram ainda, as atuais políticas sociais

responsáveis pela situação em que se encontram: “... *mas isto a culpa não é de ninguém, a culpa é do sistema porque não há resposta, não há resposta social, não há capacidade de reação no âmbito social para mudar a mentalidade destas pessoas. Há dinheiro, mas não há vontade.*” (Manuel, 57 anos).

Atualmente, verifica-se um abandono das obrigações do Estado a nível dos direitos sociais, levando a um crescente surgimento de instituições de carácter comunitário que promovem e garantem o apoio às necessidades básicas dos sem-abrigo. No entanto, estas instituições, algumas delas privadas, não podem nem devem com a sua intervenção substituir as obrigações do Estado. Uma das obrigações sociais esquecidas na rua e mencionada pelos sem-abrigo, é a questão da saúde mental: “*É urgente a saúde mental nas ruas. (...) Não há nada. Não há saúde mental, não há saúde oral, não há saúde no geral, não há nada absolutamente. Há comida! Aquilo que vocês fazem que sei que é um grupo particular, as IPSS deste país é isto que fazem.*” (Manuel, 57 anos).

Sentimentos de vergonha

Um sentimento muito associado à condição de sem-abrigo é a vergonha. Muitos optam por esconder a situação em que se encontram verdadeiramente dos seus familiares e amigos: “*Sabem que estamos numa situação complicada sim, mas não sabem ao certo como a gente está.*” (Casal de namorados, 25 anos).

Para Gilbert (2010), a vergonha traduz-se na falta de abertura aos outros, na incapacidade de se identificar com os outros e na relutância em procurar ajuda, o que se verifica nos discursos dos entrevistados “*...os meus pais não sabem que eu tou na rua. Os meus pais pensam que eu tou a trabalhar e que... e que faço a minha vida normal vá.*” (Bruno, 44 anos).

Podemos assim, considerar a vergonha ainda como um fator de ordem individual responsável pela manutenção dos entrevistados na rua, pois leva a que não procurem apoio familiar ou de outras redes sociais. Por um lado, esta vergonha está bem associada ao sentimento de responsabilidade individual patente no primeiro tema apresentado. Por outro lado, esta vergonha impede-os de uma reintegração laboral, perdendo oportunidades únicas e cruciais para uma mudança de vida: “*...eu bem compareci durante uma semana, mas é muito complicado.... Complicadíssimo em termos de higiene e não sei quê, é muito complicado, depois eu estava a sentir-me mal comigo mesmo e desisti.*” (Nuno, 36 anos).

Estigma/Discriminação

Se a vergonha impediu Nuno de permanecer no local de trabalho outros fatores ligados à discriminação no emprego afetam os sem-abrigo como salienta Bruno (44 anos) “... ao fim de uma semana de tar aqui na rua arranjei trabalho e andei a trabalhar três dias. Ao quarto dia a pegar aí alguém decide dizer que eu tava na rua. Ou alguém me viu aqui... E o patrão ia a pegar ao trabalho, chegou lá ao escritório e disse: “olha desculpa lá mas não... não vou poder deixá-lo trabalhar” ...”.

Como refere Golabek- Goldman (2017) o facto de não terem uma morada para fornecer remete-os inegavelmente para um ciclo de pobreza ao qual não conseguem escapar.

Porém, de uma forma geral muitos dos entrevistados referiram a perceção de preconceito e discriminação por parte de algumas pessoas: “Por algumas normal, por outras... preconceito, desprezo...” (António, 42 anos).

Como vimos anteriormente o estigma está intimamente associado com rotulação, estereótipos, perda de estatuto e discriminação (Link & Phelan, 2001). A rotulagem e consequente discriminação está bem patente no seguinte excerto: “Aquele gajo é um drogado, é isto, é aquilo... Pensar deles!” (José, 51 anos).

Efetivamente, muita da discriminação de que são alvo os sem-abrigo passa pela assunção de que são criminosos, toxicodependentes, doentes mentais, preguiçosos, deficientes mentais e de certa forma sub-humanos (Torino & Sisselman-Borgia, 2017).

Estudos realizados em outros países mostraram que mais pessoas relatam sentir discriminação nos cuidados de saúde devido à falta de moradia do que devido à etnia ou raça e, outro estudo detetou que as pessoas eram mais propensas a estigmatizar um pobre e sem-abrigo do que um pobre com casa. O facto de as pessoas sem-abrigo se apresentarem frequentemente pouco limpas e mal vestidas contribui para a visibilidade da sua condição (Torino & Sisselman-Borgia, 2017).

A forma como as pessoas os olham, é considerada pela maior parte dos entrevistados, a atitude mais punitiva perante esta população: “Todas as pessoas que tão nesta situação também sentem. Basta só o olhar das outras pessoas pra nós! As pessoas são muito rudes.” (Dinis, 26 anos).

Idêntico sentimento é referido por Francisco (47 anos): “Olhar-me, conversarem comigo, estar a olhar de frente e não olhar de lado (...) que as pessoas olhassem pra nós de frente, não olhassem de lado. Nós somos seres humanos como eles.”.

De acordo com Batista (2002), quando essas atitudes mostram ou estabelecem a diferença entre ou sobre o(s) outro(s), então deparamo-nos com a discriminação que se traduz

num tratamento diferencial percebido pelos entrevistados na forma de uma discriminação mais ou menos subtil: *“Gostar gostava... de olharem de maneiras iguais, sabes que é o que me custa mais nisto tudo...”* (Nuno, 36 anos),

“Não sou tratado. (...) olhar pra nós de outra maneira.” (Bruno, 44 anos).

“Muitas pessoas passam aqui e começam a tratar mal e nós estamos aqui a dormir. Tratam mal e...” (Alberto, 46 anos)

Assim, para além da situação precária em que se encontram em termos habitacionais, físicas e de risco para a saúde, estas pessoas são ainda alvo de concepções negativas por parte da sociedade. A literatura indica que discriminação afeta negativamente o estado psicológico (aumentando o stress, a depressão e a ansiedade) e a saúde física do indivíduo (Major & O'Brien, 2005) agravando assim a condição negativa geral dos sem-abrigo.

Conclusões

Os resultados deste estudo salientam, por um lado dimensões psicológicas de culpa/responsabilidade individual e vergonha das pessoas sem-abrigo. Por outro lado, evidencia a consciência, por parte de alguns entrevistados relativamente à ausência de um Estado Social capaz de dar resposta aos mais desfavorecidos.

O presente estudo leva-nos ainda a refletir sobre a atuação das autarquias como no caso das cidades do Porto e Braga. Apesar de uma dimensão populacional diferente com verbas e recursos ajustados aos números de habitantes de cada uma, tem que se realçar o facto de Braga conseguir institucionalizar quase todos os seus sem-abrigo, estando apenas um na rua (aquando do estudo), em relação ao Porto que não consegue dar resposta às necessidades desta população, registando o maior número de sem-abrigo em Portugal. E não podemos pensar que este problema está relacionado com o número de habitantes, pois Lisboa tem mais habitantes que o Porto e consegue ter menos pessoas nesta situação. Importa ressaltar que estes dados podem não corresponder exatamente à realidade, pois uma parte desta população vive à margem do sistema.

O número de sem-abrigo não tem tendência a diminuir porque as respostas sociais atuais não estão a funcionar devidamente. As pessoas sem-abrigo estão a perder a esperança na reintegração e sentem, muitas vezes, que para serem ajudados ficam impossibilitados de tomarem decisões acerca da sua vida, que deixam de ser “Eu”.

Implicitamente, no seu todo, este trabalho evidencia a situação de exclusão social em que se encontram as pessoas sem-abrigo, quer de um ponto de vista material, quer do ponto de vista psicológico devido à estigmatização e discriminação de que são alvo.

Nesta conclusão convém salientar que o direito à habitação está consignado na Constituição da República Portuguesa no artigo 65º onde se pode ler:

1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.
2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado:
 - a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;
 - b) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais;
 - c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada;
 - d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução.

Sendo uma obrigação do Estado assegurar este direito para aqueles que não têm possibilidades de o fazer de forma privada, parece-nos que este é o primeiro passo a ser dado. Concordamos, por isso, com Maria do Prazeres Lourenço (2005, p. 27) quando afirma:

Exige-se então para enfrentar eficazmente a pobreza, exclusão social e desigualdades sociais, uma articulação das políticas de Acção Social com as restantes políticas sociais – de segurança social, de emprego, formação profissional, educação, habitação, do ambiente, etc. – e, também, com as políticas macro-económicas, incluindo a política fiscal.

Daí que a melhor forma de intervenção neste fenómeno poderá passar por um adequado sistema de prevenção da situação de sem-abrigo, onde a protecção do indivíduo e/ou de uma família passa por evitar que atinjam o extremo da exclusão social e que quebrem os ciclos duradouros de privações (FPCEUC, 2015). As investigações futuras devem seguir esta linha de pensamento, ajudando a definir e implementar políticas sociais neste âmbito.

Para terminar gostaríamos de salientar algumas limitações deste estudo. A primeira está associada ao número reduzido de participantes, pois apesar de existir muitos sem-abrigo na cidade do Porto muitos preferiram não participar com medo de represálias, outros por estarem sob o efeito de consumo de drogas/álcool. Outra limitação está relacionada com o tempo para a aplicação das entrevistas, as associações têm horários a cumprir com os sem-abrigo e não podem muitas vezes despende de mais tempo como nós gostaríamos. Um aspeto ainda a ter em consideração é o facto de a amostra não ser de todo equilibrada, incide quase toda sobre as perceções de pessoas do sexo masculino, devido praticamente à inexistência de pessoas sem-abrigo do sexo feminino a pernoitar nas ruas do Porto.

Referências

- Batista, A. S. (2002). Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Revista Estudos Feministas*, 1, 119-141.
- Belcher, J. R., & DeForge, B. R. (2012). Social Stigma and Homelessness: The Limits of Social Change. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 22(8), 929-946. doi: 10.1080/10911359.2012.707941
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101.
- Duarte, F. (2015). A Violação dos Direitos Sociais nos Países do Sul da Europa. *Revista Intervenção Social*, 42/45, 25-41.
- Estratégia Nacional para Integração de Pessoas Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento, 2009-2015 (2009). Retirado de http://www.seg-social.pt/documents/10152/13334/enipsa_2009_2015
- Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC) (2015). *Situação de sem-abrigo e inclusão laboral: O valor do trabalho e das relações*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Fédération Européenne d'Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Aabri – FEANTSA. (2005). *ETHOS: European typology of homelessness and housing exclusion*. Retirado de <http://www.feantsa.org/en/toolkit/2005/04/01/ethos-typology-on-homelessness-and-housing-exclusion>
- Fédération Européenne d'Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Aabri – FEANTSA (2014, Agosto). *What is Homelessness?* Retirado de <http://www.feantsa.org/spip.php?article3381&lang=en>
- Flick, U. (2013). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Gilbert, P. (2010). Shame. In S. Gilbert (Ed.), *Compassion Focused Therapy* (pp. 83-92). Routledge: New York.
- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1967). *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. New Brunswick: Aldine Transaction.
- Goffman, E. (1963). *Stigma: Notes on the management of spoiled identity*. New York: Prentice-Hall.
- Golabek-Goldman, S. (2017). Ban the address: combating employment discrimination against the homeless. *Yale Law Journal*, 126(6), 1788- 1781.

- Instituto da Segurança Social, I.P. (2017). *Relatório de Avaliação da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento*. Lisboa: ISS, I.P.
- Lei Constitucional nº 1/2005 de 12 de agosto. Diário da República, 1ª série - A, Nº 155 (2005).
- Link, B. G., & Phelan, J. C. (2001). Conceptualizing stigma. *Annual Review of Sociology*, 27, 363-385.
- Lourenço, M. P. (2005). Pobreza e exclusão social e políticas sociais em Portugal: Uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza. Lisboa: Direção Geral de Segurança Social.
- Major, B., & O'Brien, L. T. (2005). The social psychology of stigma. *Annual Review of Psychology*, 56, 393-421. doi: 10.1146/annurev.psych.56.091103.070137
- Mayock, P., Corr, M. L., & O'Sullivan, E. (2008). *Young people's homeless pathways*. Dublin: The Homeless Agency.
- Pedinielli, J. (1999). *Introdução à psicologia clínica*. Lisboa: Climepsi.
- Prilleltensky, I. (2008). The role of power in wellness, oppression, and liberation: The promise of psychopolitical validity. *Journal of Community Psychology*, 36(2), 116-136. doi: 10.1002/jcop.20225
- Quivy, Raymond & Campenhoudt, L.V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Tjora, A. (2006). Writing small discoveries: An Exploration of Fresh Observers' Observations. *Qualitative Research*, 6(4), 429-451.
- Torino, G. C. & Sisselman-Borgia, A. G. (2017). Homeless Microaggressions: Implications for Education, Research, and Practice. *Journal of Ethnic & Cultural Diversity in Social Work*. 26(1/2), 153-165. doi: <http://dx.doi.org/10.1080/15313204.2016.1263814>.
- Ward, N. (2009). Social Exclusion, Social Identity and Social Work: Analysing Social Exclusion from a Material Discursive Perspective. *Social Work Education*, 28, 237-252.
- Willig, C. (2012). Perspectives on the epistemological bases for qualitative research. In H. Cooper (Ed.), *APA Handbook of Research Methods in Psychology: Foundations, Planning, Measures, and Psychometrics* (Vol. 1, pp. 5-21). Washington, DC: American Psychological Association.